

ATA DA 389ª REUNÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CEPRAM.

No dia sete de outubro de dois mil e dezesseis realizou-se a tricentésima octogésima nona reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – Cepram no auditório da Secretaria da Educação – Sec, Centro Administrativo da Bahia – Cab, às nove horas e trinta minutos. A reunião foi presidida e conduzida pela diretora geral do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Inema Márcia Telles e Mariana Mascarenhas, coordenadora da Secretaria Executiva dos Colegiados, Secretaria do Meio Ambiente – Sema. Constou em pauta: apreciação da ata da 388ª Reunião ordinária de 29.07.2016; apresentação do Programa de Formação em Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Formar: estruturação e aperfeiçoamento da modalidade EAD para capacitação e fortalecimento do Sisema e do Segreh; apresentação dos Processos apreciados na 15ª reunião CT Recursal em 15.07.16 e 16ª reunião da CT Recursal em 12.08.16; proposta de alteração da Resolução Cepram 4.329/2014 que instituiu a Câmara Técnica Recursal de Infrações Ambientais, o que ocorrer e informes. Mariana Mascarenhas abriu a reunião fazendo referência aos 43 (quarenta e três) anos de atuação do Conselho completados no dia 04.10.2016. Anunciou uma homenagem à colaboradora Eliuda Santos, que se aposentou recentemente. “Por mais bonitas que possam ser as palavras usadas neste momento, nunca serão suficientes para representar a nossa gratidão, amizade e respeito pela pessoa e profissional que você representa”, declarou Mascarenhas, entre lágrimas. Em seguida o superintendente de Estudos e Pesquisas Ambientais (SEP) da Sema, Luiz Ferraro, que representou o secretário Eugênio Spengler, fez um discurso de reconhecimento pelos serviços prestados ao Estado. “Quero deixar aqui o relato de admiração a esta profissional, que mesmo com todas as adversidades enfrentadas, nunca mediu esforços para executar os trabalhos e superar os desafios impostos, um exemplo de profissionalismo a ser seguido por quem atua no serviço público”, declarou Ferraro.

Márcia Telles entregou para a servidora um troféu em homenagem aos 38 anos de dedicação. “Nós só temos a agradecer pelos bons serviços prestados por você, que esta homenagem singela simbolize a manifestação de agradecimento de todos aqueles que conviveram com você nesta jornada”.

O conselheiro Luis Victor pediu a palavra e ressaltou a dedicação e comprometimento da servidora junto ao Cepram. “Eliuda queremos agradecer imensamente por todos esses anos dedicados ao crescimento e à consolidação deste Conselho, você conquistou o respeito e admiração com seu companheirismo e apoio que foram além do seu dever profissional, uma verdadeira amiga para todos nós”.

Emocionada Eliuda Santos fez questão de lembrar fatos inesquecíveis de sua trajetória nos setores em que atuou. “É muito prazeroso chegar até aqui e receber todo esse carinho, me sinto honrada, através deste trabalho aprendi muito, uma vida inteira de dedicação, renúncias, momentos bons, outros nem tanto, sempre procurando contribuir com o meu melhor. Este é um momento de muita emoção, que marca uma vida de conquistas, mas chegou o momento de me dedicar a outros projetos pessoais, principalmente para estar mais presente junto a minha família, ao meu filho”.

Em continuação a pauta, Mariana Mascarenhas colocou a ata da reunião anterior para apreciação, consultando os conselheiros se havia alguma

51 observação. Leila Oliveira perguntou sobre o seminário de Povos e
52 Comunidades Tradicionais e Quilombolas que seria realizado no mês de
53 setembro. Mariana Mascarenhas registrou que foi alterado para o mês de
54 novembro com data a ser confirmada. A ata foi aprovada por unanimidade.
55 Informou que esta era a última reunião da gestão do Conselho cujo processo
56 eleitoral, para o próximo biênio, estava em fase de finalização. Em seguida, a
57 diretora de Estudos Avançados em Meio Ambiente - Deama Kitty Tavares,
58 apresentou aos conselheiros um histórico de desenvolvimento do Programa de
59 Formação em Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Formar, uma iniciativa da
60 Sema, com o objetivo de desenvolver cursos de formação para pessoas que
61 atuam com o Sistema Estadual do Meio Ambiente (Sisema) e o Sistema
62 Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Segreh). Registrou que a
63 proposta do Formar é capacitar gestores, servidores estaduais, municipais,
64 membros de colegiados ambientais e de recursos hídricos, além de membros
65 de comitês de bacias hidrográficas, dentre outros. Enfatizou que além de aulas
66 presenciais já realizadas, este ano estava disponível uma plataforma
67 estruturada de educação à distância chamada de EAD do Meio Ambiente,
68 possibilitando o acesso e a disponibilização de conteúdo em tempo real,
69 proporcionando maior flexibilidade e abrangência de público. Destacou que
70 esta ferramenta apresenta alguns canais que promovem a interação entre
71 alunos através de fóruns e chat online, onde o aluno pode tirar dúvidas
72 diretamente com os professores e trocar conteúdo. Luiz Vitor perguntou como
73 se daria o processo de inscrição para efeito de capacitação dos fiscais,
74 guardas florestais e membros do Conselho Municipal do Município de Valença.
75 Leila Oliveira sugeriu cursos relativos ao funcionamento do Seia e Cefir. Kitty
76 Tavares respondeu que, considerando que o Estado não teria condições de
77 atender individualmente 417 municípios, será proposto um projeto político
78 pedagógico com uma estrutura básica de conteúdo, para que o município
79 possa assumir a capacitação dos conselhos municipais e outros casos com
80 apoio da Secretaria. Esclareceu que foi contemplada a questão da
81 Regularização florestal com ênfase no Cefir bem como a realização de curso
82 de geoprocessamento que abrangerá também uma parte do Seia. Destacou
83 que o Seia foi elaborado para atender uma demanda interna do Inema.
84 Melquiades colocou que, considerando que os territórios estariam realizando
85 oficinas para o plano territorial perguntou se já existia alguma proposta de
86 integração com a política territorial dentro desse projeto que possa garantir um
87 retorno? Kitty ratificou que o programa de capacitação era do sistema Sema;
88 destacou que dentro do programa GAC existia um diálogo muito forte com os
89 consórcios territoriais e desenvolvimento sustentável com a Cedeter. Renato
90 Cunha solicitou informações sobre o funcionamento dos consórcios de
91 desenvolvimento nos territórios, os convênios firmados com a Sema e a
92 Secretaria do Planejamento - Seplan se referindo diretamente ao consórcio da
93 Costa do Descobrimento que se encontrava sem recursos para execução das
94 atividades. Kitty Tavares respondeu que a Secretaria contava atualmente com
95 convênios com oito consórcios, três deste iniciaram em 2013, com prazo de
96 dois anos que permite aditamento de prazo. Esclareceu que o consórcio prevê
97 pagamentos para técnicos selecionados para atender aos municípios com
98 recursos do tesouro, mas enfrentou muitas dificuldades por falta de
99 arrecadação financeira. Ressaltou que era prioridade da Sema garantir
100 orçamento para esses convênios. Continuando a pauta, Márcia Telles passou

para a apresentação dos processos apreciados na 15ª reunião da Câmara Técnica Recursal de 15.07.16: **Processo nº 2010-008589/TEC/AIAD-0090 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA VITORIA** referente ao Auto de Infração de Advertência no município de Santa Cruz da Vitória pela omissão e contribuição a danos ambientais causados por disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e esgotamento sanitário com pedido de anulação da penalidade. Conselheiro relator Débora Coelho. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2010-000921/TEC/AIMU-0033 - JOAO DE OLIVEIRA VIANA** referente ao Auto de Infração de Multa no município de Livramento de Nossa Senhora, valor de R\$ 10.000,00(dez mil reais) pelo uso de fogo e supressão de vegetação sem autorização legal em vegetação nativa (flora com tipologia de caatinga), em uma área de 4ha (quatro hectares) da referida propriedade com pedido de redução do valor da multa com Celebração de Termo de Compromisso. Conselheiro relator Guilherme Castro. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2010-015033/TEC/AIMU-0588 - JOSE FRANCISCO SOARES** referente ao Auto de Infração de Multa no Município de Candiba, valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) por armazenar 22 estacas de aroeira espécie declarada como proibida de corte conforme Resolução Nº 1.009 de 06 de dezembro de 1994, o qual dispõe sobre proibição do corte, armazenamento e venda de espécies nativas denominadas aroeira, baraúna e angico, com pedido de Anulação do Auto de Infração de Multa. Conselheiro relator Guilherme Castro. O parecer da Câmara foi pela conversão da Multa em Advertência. **Processo nº 2008-017442/TEC/AIAD-0888 - VIAÇÃO CIDADE DE BARREIRAS LTDA** referente ao Auto de Infração de Advertência no Município de Barreiras por fazer funcionar a atividade de transporte viário potencialmente poluidor ou utilizador de recursos naturais, sem licença ou autorização de órgão ambiental competente em desacordo com as normas legais e regulamentos pertinentes. Com pedido de Anulação do Auto de Infração de Advertência. Conselheiro relator Débora Coelho. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2007-004800/TEC/AIMU-0211 - CERAMICA SERRANA LTDA** referente ao Auto de Infração de Multa no Município de Jeremoabo, Valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por não atender as determinações contidas no auto de infração de advertência de nº 2006-005406/TEC/AIAD-0366. A supracitada deverá: 1 – requerer a Licença Ambiental para o desempenho de sua atividade; 2 – colocar filtro de material particulado nas chaminés existentes em sua empresa, encaminhando relatório de atividade com registro fotográfico; 3 – encaminhar cópia das notas fiscais da compra do minério (argila) dos últimos 03 (três) meses em empresa devidamente licenciada por este CRA; 4 – encaminhar cópia das notas fiscais de compra de lenha dos últimos 03 (três) meses, em empresa devidamente licenciada por este CRA, ou encaminhar cópia da Autorização de Transporte de Produtos Florestais (ATRP) expedida pelo IBAMA dos últimos 03 (três) meses. Do pedido: Anulação do Auto de Multa. Conselheiro relator Sergio Bastos. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2010-019298/TEC/AIMU - JULIO CEZAR BUSATO** referente ao Auto de Infração de Multa no Município de São Desidério, valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) pelo descumprimento do Auto de Infração de advertência nº 898/2009, referente à ausência de documentação comprobatória de averbação de Reserva Legal e de Licenciamento Ambiental

da atividade de Agricultura Irrigada por Pivô Central inerentes ao imóvel rural Fazenda Rio Brilhante com pedido de Anulação do Auto de Multa. Conselheiro relator Débora Coelho. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. Houve pedido de destaque. **Processo nº 2008-006833/TEC/AIMU-0442 - ALOISIO DOMINGOS VESCOVI** referente ao Auto de Infração de Multa no Município de Vereda, valor de R\$ 2.000,00(dois mil reais) por exercer a atividade de silvicultura em desacordo com preceitos estabelecidos pela legislação de controle ambiental - sem licença ambiental com pedido de Anulação da Multa ou conversão em Advertência. Conselheiro relator Agnaldo Monteiro. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2010-022278/TEC/AIMU-0795 - AMBIENTAL SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA** referente ao Auto de Infração de Multa no Município de Salvador, valor de R\$ 400.000,01 por causar efetiva degradação ambiental em área de preservação permanente decorrente de atividade de terraplanagem com pedido de Anulação da Multa ou Redução com Termo de Compromisso. Conselheiro relator Débora Coelho. O parecer da Câmara foi pela redução da Multa com celebração de TC e a apresentação da proposta em 60 dias. **Processo nº 2007-006606/TEC/AIAD-0362 - ANTONIO GIMENEZ DOS SANTOS** referente ao Auto de Infração de Advertência no Município de Santa Cruz Cabralia por Averbar a Reserva Legal à margem do Registro do Imóvel de sua propriedade com pedido de anulação da Advertência. Conselheiro relator Sergio Bastos. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2009-030498/TEC/AIMU-0694 - EXTRATIVA METALQUIMICA S/A** referente ao Auto de Infração de Multa no Município de Maiquinique, valor de R\$ 200.000,00(duzentos mil reais), por várias intervenções na área sem licença ambiental: a) implantação de barragem de rejeito; b) ampliação da unidade de beneficiamento; c) operação do empreendimento de lavra e de beneficiamento; d) lavra em APP de topo de morro; e) disposição de sucata em área de APP do córrego Imídia; f) disposição de óleo queimado ao relento sobre o solo; g) disposição inadequada rejeitos de mineração nas imediações da nascente e da APP de mata ciliar do córrego Imídia promovendo o seu assoreamento; h) lançamento de efluentes industriais no córrego Imídia sem Outorga; i) intervenção de aterro na área de APP do córrego Imídia, nas imediações da área de beneficiamento; j) Captação de água na barragem construída no córrego Imídia sem Outorga; l) lavagem de veículos em rampa sem área concretada ao redor e sem caixa separadora água/óleo e não atendeu, nem deu continuidade aos condicionantes I, II, III, IV e V da licença de operação portaria CRA nº 1957, a qual se encontrava em nome da empresa Mamoré Mineração e metalurgia Ltda, cessionária da área com pedido de redução do valor da multa com Celebração de Termo de Compromisso. Conselheiros relatores Pedro Diamantino e Luiz Vitor. O parecer da Câmara foi pela manutenção da Penalidade e celebração do Termo de Compromisso. **Processo nº 2008-019308/TEC/AIMU-1150 - PETRÓLEO BRASILEIRO S/A-UND.DE NEGÓCIO DE EXPLORAÇÃO E PROD. DA BAHIA UM BA** referente ao Auto de Infração de Multa no Município de Pojuca, valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo lançamento de efluentes líquidos em desacordo com os padrões estabelecidos ou com possibilidade de tornar ultrapassados os padrões de qualidade e efetiva poluição ou degradação ambiental com pedido de nulidade do auto de infração, substituir a penalidade de multa por advertência ou reduzir o valor da multa imposta. Conselheiro relator Daniel

Barreto. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2009-000171/TEC/AIMU-0009 - CONDOMÍNIO SOLARES** referente ao Auto de Infração de Multa no Município de Salvador, valor de R\$ 10.000,00(dez mil reais) por causar efetiva degradação ambiental, ampliação da área do Condomínio e construção de muro na Área de Preservação Permanente – APP do Rio Jaguaribe com pedido de dilatação do prazo para apresentação da minuta do Termo de Compromisso por mais 60 (sessenta) dias, a contar do dia útil subsequente a esta data. Conselheiro relator Agnaldo Monteiro. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2010-007996/TEC/AIMU-0242 - TNL PCS S/A (OI)** referente ao Auto de Infração de Multa no Município de Salvador, valor de R\$12.000,00(doze mil reais) por manter funcionando uma Estação de Rádio Base-ERB, operando com licenciamento ambiental vencido com pedido de anulação da multa. Conselheiro relator Lucidalva. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2004-003734/TEC/AIAD-0272 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITE** referente ao Auto de Infração de Advertência no Município de Caetité pela disposição de resíduos sólidos de forma inadequada com pedido de suspensão da penalidade. Conselheiro relator Mariana Vidal. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2008-004254/TEC/AIAD-0194 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACI** referente ao Auto de Infração de Advertência no Município de Araci pela queima de resíduos no aterro simplificado e lançamento de resíduo hospitalar fora da vala séptica poluindo, respectivamente o ar e solo e pelo não cumprimento da condicionante I da LO com risco de poluição ou degradação ambiental ao meio ambiente. Conselheiro relator Leila Oliveira. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2008-013107/TEC/AIAD-0749 - JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA SIMÕES** referente ao Auto de Infração de Advertência no Município de Salvador por construir barragem do Rio Água Branca, sem autorização e/ou licença do órgão competente, não dispõe de documento pro probatório da averbação da reserva legal com pedido de cancelamento da penalidade e arquivamento do processo. Conselheiro relator Sergio Bastos. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. Processos apreciados na 16ª reunião da Câmara Técnica Recursal em 12.08.16: **Processo nº 2009-033072/TEC/AIAD-0337 - MIGUEL KALID SOBRINHO** referente ao Auto de Infração de advertência no Município de Camaçari por ter confinado um espaço localizado em área pública (praia) com pedido de Anulação do Auto de Infração de Advertência. Conselheiro relator Guilherme Castro. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade com recomendação. **Processo nº 2008-16289/TEC/AIMU-1028 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUIPE** referente ao Auto de Infração de Multa no Município de Aratuípe, valor de R\$ 5.000,00(cinco mil reais) pela efetiva e potencial poluição do solo, pela deposição e acumulação inadequada de resíduos sólidos urbanos, sem autorização do órgão competente, capaz de alterar sua qualidade ambiental, provenientes do distrito de Maragogipinho, sem o devido isolamento e sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública com pedido de anulação da Multa ou Conversão com Termo de Compromisso. Conselheiro relator Pedro Diamantino. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2010-016880/TEC/AIAD-0214 - BONSUCESSO DO NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA** referente ao Auto de Infração de Advertência no Município de Pojuca por estar operando

sem Licença Ambiental com pedido de anulação da Advertência. Conselheiros relatores Pedro Diamantino e Luiz Vitor. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2007-008075/TEC/AIAD-0447 - DEIL CONSTRUTORA LTDA** referente ao Auto de Infração de Advertência da Penalidade no Município de Salvador por implantar obra (muro) em ZUE, em área de abrangência da APA e Lagoas do Abete, sem a necessária anuência com **pedido para** julgar improcedente o Auto de Infração e arquivamento da matéria. Conselheiros relatores Pedro Diamantino e Luiz Vitor. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2008-009766/TEC/AIMU-0677 - EMPRESA BAIANA DE ALIMENTOS S/A – EBAL** referente ao Auto de Infração de Multa no Município de Simões Filho, valor de R\$ 10.000,00(dez mil reais) por operar sem Licença Ambiental (LO) e pelo lançamento de resíduos Líquidos sem tratamento no Rio Ipitanga com pedido de concessão de prazo do artigo 37 do Código de Processo Civil, para juntar ao instrumento de mandato. Conselheiro relator Lucidalva Rodrigues. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2009-000475/TEC/AIMU-0026 - TOP ENGENHARIA LTDA** referente ao Auto de Infração de Multa no Município de Miguel Calmon, valor de R\$ 20.000,00(vinte mil reais) pela supressão da vegetação nativa em área considerada como preservação permanente – APP sem autorização legal com pedido de declaração de nulidade dos autos de infração, arquivamento e baixa, bem como a celebração de Termo de Compromisso Ambiental (TAC) nos moldes do artigo 182 da Lei 10.431/2006 do c/c o artigo 395, § 3º do Decreto Estadual 11.235. Conselheiro relator Lucidalva Rodrigues. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. O conselheiro Galvão pediu destaque. **Processo nº 2009-033704/TEC/AIMU-0769 - JOSÉ NETO BARBOSA DE SOUZA** referente ao Auto de Infração de Multa no Município de Bonito, valor de R\$ 2.400,00(dois mil e quatrocentos reais) pelo transporte de carvão vegetal de espécies nativas, correspondente a 8,00mdc sem documento de origem florestal (DOF) com pedido de cancelamento da penalidade imposta ao requerente. Conselheiro relator Daniel Barreto. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2010-011834/TEC/AIMU-0422 - EMBASA S/A** referente ao Auto de Infração de Multa no Município Paulo Afonso, valor de R\$ 5.000,00(cinco mil reais) pelo não atendimento ao Auto de Advertência nº 2006-004483/TEC/AIAD-0257 com pedido de anulação dos autos. Conselheiro relator Agnaldo Monteiro. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. **Processo nº 2010-006495/TEC/AIMU-0186 - EMBASA S/A** referente ao Auto de Infração de Multa no Município de Ibicoara, valor de R\$ 40.000,00(quarenta mil reais) pela construção de barragem no leito do rio Preto, município de Ibicoara, Bahia, sem a devida Licença Ambiental obrigatória com pedido que seja o auto de infração julgado improcedente e o arquivamento definitivo da autuação. Conselheiro relator Mariana Vidal. O parecer da Câmara foi pela manutenção da penalidade. Em seguida, Márcia Telles citou o processo do interessado JULIO BUSATO destacado pelo conselheiro Martin. O conselheiro questionou se o fato desse interessado ter sofrido uma autuação, seria motivo de impedimento para que o mesmo viesse a pleitear outro licenciamento. Márcia Telles esclareceu que o auto de infração não era impeditivo para solicitação de novos atos autorizativos, considerando a autuação um fato específico do ocorrido. Comentou-se da possibilidade de o Cepram fazer uma Recomendação para que possa fortalecer a consulta do

Inema junto a Procuradoria Geral do Estado – PGE sobre o assunto em questão. Leila Oliveira colocou a necessidade de uma ponderação na análise dos processos, considerando as recorrentes irregularidades identificadas pela mesma empresa. Márcia Telles complementou as observações apontadas pela conselheira, dizendo que a Lei apresenta atenuantes e agravantes, fala explicitamente sobre recorrências. Comentou que são vários pontos que devem ser ponderados. Outro processo destacado pelo conselheiro Galvão referente ao empreendimento TOP ENGENHARIA. Mariana Mascarenhas fez a leitura da conclusão do voto: *“Assim o apresentado nos autos não é suficiente para afastar a responsabilidade do autuado a alegação de que supostamente adotou algumas providências em relação as irregularidades constatadas, uma vez que no momento da autuação restou devidamente comprovada a prática de infração ambiental, portanto deve ser negado provimento ao presente recurso”*. Luis Galvão falou que a Câmara Técnica Recursal era uma batedora de carimbo. Comentou o fato do empreendimento ter sido autuado por três vezes, portanto, justificava seu pedido de vistas ao processo. Márcia Telles esclareceu a aplicação de multas diferentes na mesma ação, ressaltando que a Lei impedia quando se tratava do mesmo objeto. Luiz Vitor fez algumas observações ao registrar que o fato gerador da punição tem que ser de forma tipificado, se referiu que nesse processo foram três fatos geradores que motivaram as diferentes autuações. Galvão argumentou a respeito da Decisão da Procuradoria do Inema, que formulou seu PARECER considerando que a pedreira estivesse montada, em condições de operação e em pleno funcionamento, enquanto consta no RFA – Relatório de Fiscalização Ambiental, na página 2, que abre e formula o Processo, que apenas havia a intenção de implantar uma pedreira, uma vez que existiam equipamentos, que ali apenas foram descarregados, mas nem sequer haviam sido montados. Daniel Barreto colocou a questão da dificuldade em realizar visitas aos empreendimentos autuados devido ao contingenciamento do Estado. Mariana registrou que os processos diligenciados na Câmara são reportados ao Inema sujeitos a fiscalização necessária, mas nem sempre a visita é tão fundamental para uma análise técnica. O pedido de vista foi concedido. Leila Oliveira na condição de representante da Câmara Técnica solicitou ao Inema o empenho para envio dos processos, visando a celeridade dos mesmos, bem como colocar em discussão o objeto do Termo de Compromisso - TC com relação ao mérito. Márcia Telles esclareceu que o Inema dispõe de uma Procuradoria Jurídica própria que trata de todos os processos de forma indistinta. Registrou que nessa Procuradoria, atualmente, existiam 620 processos sem análise de recurso, contando apenas com um Procurador. Com relação ao Termo de Compromisso a Lei define que a autorização do Termo se dá através da Diretoria Geral que acata, recepciona e fala que o Inema tem interesse em firmar o TC com todo tramite administrativo, mas o retorno a área técnica que lavrou o auto, para que a mesma notifique o requerente para cientificar da autorização, a partir daí dar-se-á início às discussões. Contudo, concordava com a sugestão da conselheira Leila Oliveira. Luiz Vitor comentou que, a título executivo extrajudicial na maioria das vezes quando o assunto chega a CT Recursal o Termo não foi cumprido, em sua opinião seria muito interessante quando o órgão tiver com sua equipe jurídica contemplada passasse a executar os Termos de Compromisso, para que possa garantir um bom funcionamento da CT Recursal. Mariana Mascarenhas registrou que a proposta

de alteração da Resolução Cepram 4.329/2014, será apresentada em pauta da próxima reunião. Em seguida colocou em votação a aprovação de uma Moção de agradecimento a servidora pública Eliuda Soares Costa dos Santos e foi aprovada. Luiz Vitor agradeceu a Márcia Telles manifestando sua satisfação quanto ao pronto atendimento, por parte do Inema, a duas ocorrências, por Ele solicitadas no município de Camamu. Registrou sua preocupação com relação a permanência da representatividade neste Conselho com exceção da CT Recursal, as demais funcionam muito pouco para um Estado que enfrenta uma série de dificuldades. Mariana Mascarenhas colocou a necessidade do empenho de todos para o funcionamento das Câmaras Técnicas, considerando não ser um papel exclusivo da Sema e Inema que tem a obrigação de operar administrativamente para esse funcionamento. Com relação ao planejamento de atividades a Secex enviará um balanço do que foi planejado inicialmente e o executado dentro do Conselho considerando seu papel consultivo. Destacou que desde 2012 o Conselho não manifestou nenhuma demanda para Câmara Técnica, ou seja, a materialização do que foi sugerido. Aurinézio Calheira falou da proposta de discussão sobre a revisão do programa de gerenciamento e risco pleiteada no planejamento, mas que finalmente estava previsto muito em breve a apresentação na Câmara Técnica. Renato Cunha comentou sobre o esvaziamento no decorrer da reunião; disse que considerava o conteúdo da pauta insuficiente; questionou sobre o andamento das discussões sobre política públicas, áreas prioritárias, a conclusão do ZEE, as informações sobre licenciamento que deveriam estar disponíveis no Seia. Por fim, registrou que considerava sua participação como tempo perdido. Martin fez observações sobre a fala de Renato ressaltando que, no momento de o que ocorrer era oportuno para socializar algo do que se espera de um Conselho; comentou que verificando a realidade social de sua região, os problemas das comunidades que diz respeito ao CEPRAM se referindo ao empreendimento Bom Jesus que foi alvo de uma ação do Ministério Público Federal que deflagrou um esquema de grilagem muito pesada, e um dos ângulos de títulos apurados a Fazenda citada durante reuniões anteriores. Isto posto, retratou que determinados licenciamentos são acompanhados através das comunidades tradicionais. Solicitou que constasse em ata seu pedido referente ao que se licencia em termos das três áreas dos Condomínio Estrondo, Caracol e Santa Maria da Terra Norte Nelson Taboada em São Desidério para que, quando for analisado o pleito desses empreendimentos as entidades sejam ouvidas para informar sobre implicações sociais naquelas áreas, considerando que nem sempre constam essas informações para o Inema a não ser através das entidades. Se colocou à disposição para dar informações sobre as áreas desses empreendimentos que dispõem de grandes projetos. Daniel teceu comentários sobre o adiamento da última reunião da CT Recursal lembrando que existiam processos que estão sobre a análise de alguns membros dessa Câmara; sugeriu que a próxima reunião fosse agendada antes da mudança da gestão. Registrou a existência da 2ª. Carta Aberta da ASCRA e fez a leitura de parte do conteúdo, que dizia: *"Decorrido mais de um ano da publicação da primeira Carta Aberta em agosto de 2015 os servidores do sistema Sema/Inema alertava a sociedade sobre os equívocos da política ambiental promovido pela atual gestão do Estado da Bahia reiterando nesta segunda Carta que nada evoluiu, e, infelizmente em alguns pontos tiveram retrocesso e nesse cenário os servidores tem sofrido uma série de ataques as garantias e conquistas*

trabalhistas, entre elas citam que, cada vez mais estão sendo enfraquecida os espaços legítimos de participação social para colaboração da gestão ambiental como esvaziamento dos órgãos colegiados do Estado em especial do Cepram e as alterações dos empreendimentos surgidos a audiências públicas e a não realização da Conferência de Meio Ambiente que deveria ter ocorrido em 2014 e 2015..." Destacou que mencionaram sobre as licenças, adesão e compromisso, os problemas das Unidades de Conservação por não existir uma política estadual de restauração florestal, planos de bacias etc. Finalizam a Carta comunicando que: "Deflagramos operação padrão por tempo indeterminado juntamente com a Associação dos Especialistas e Fiscais do Grupo Operacional de Fiscalização e Regularização do Estado da Bahia, Associação de Fiscais Estaduais Agropecuários da Bahia e Associação dos Técnicos em Fiscalização e Regulação da Bahia a partir do dia 3 de outubro". Essa carta foi elaborada no dia 6 de outubro de 2016. Melquiades solicitou aos companheiros que comporão a próxima gestão deste Conselho no sentido de acompanhar o Boletim Informativo elaborado pela Sema por não identificar nenhum tipo de matéria a respeito das ações do Cepram; pleiteou que fosse publicizada as reuniões desse Conselho que houvesse mais divulgação; agradeceu a todos a oportunidade de representar sua entidade neste Colegiado e por sua permanência durante esses anos. Leticia Nobre fez observações em cima da fala de Daniel e se colocava como servidora pública, considerando as preocupações em relação ao que está se fazendo com a política ambiental de forma importante neste Conselho, mas ressaltou com relação a cobrança do sistema e por extensão de que tem algum poder de decisão, em sua opinião está se vivendo, na prática, um regime de exceção no Brasil com um Golpe Parlamentar Jurídico em ritmo acelerado, a PEC 1 que foi aprovada, projetos de Lei que estavam estancados e foram aprovados com a intenção de reduzir o mínimo do funcionamento do Estado e outros. Ressaltou que era preciso abrir uma discussão sobre vários aspectos de forma a enfrentar e assumir que existe uma situação política e conjuntural nesse país. Wilson Andrade falou sobre o controle do tempo de cada apresentação. Márcia Telles se reportou ao questionamento de Renato Cunha sobre o Seia, a existência do portal de consulta, porém o nível de informação pleiteada que são os módulos de relatórios gerenciais, ainda não foram concluídos. Renato pediu informações sobre o grupo de trabalho previsto para analisar a proposta de criação do Mosaico de Unidade de Conservação na Serra da Jiboia. Márcia Telles informou que seria uma Portaria Conjunta a ser publicada através da Sema. Mariana Mascarenhas encerrou a última reunião dessa gestão agradecendo a todos pela presença e participação. Esta ata será devidamente assinada pelo presidente e demais representantes.

Presidente em exercício: Márcia Telles

Secretaria Executiva: Mariana Mascarenhas

MEMBROS:

Márcia Cristina Telles de Araujo – Inema

Mariana Mascarenhas – Sema

Aginaldo Bahia Monteiro Neto - AHSEB

Aurinézio Calheira Barbosa – Cofic

- 451 Daniel Melo Barreto – Germen
- 452 Gilberto Lyrio Neto – Sind. de Prod. Rurais Coaraci
- 453 Iraneide Leal Costa - Seagri
- 454 João Lopes Araujo – Assocafé
- 455 José Roberto Pedreira Franco Celestino – Sinaenco
- 456 Leila Márcia Souza Oliveira – Sindicato Rural de Camacan
- 457 Letícia Coelho da Costa Nobre – Sesab
- 458 Luis Fernando Galvão de Almeida – Sindbrita
- 459 Luiz Carlos Café da Silva – ACB
- 460 Luiz Vitor Marsala – Ideia
- 461 Marco Antonio Amigo – Crea-Ba
- 462 Martin Mayr – ADES
- 463 Melquiades Spinola de Oliveira – Cepedes
- 464 Miguel da Costa Accioly – UFBA
- 465 Osvaldina Rocha dos Santos – Associação Flora Brasil
- 466 Renato Pêgas da Cunha – Ades
- 467 Roberto Ibrahim Uehbe – Cra-Ba
- 468 Sergio Tomich Silva – Sedur
- 469 Wilson Andrade – Abaf